



OS COMMODITIES AGRÍCOLAS E A (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR

Raimunda Aurea Dias de Sousa
Universidade de Pernambuco

Iraildes Borges da Silva
Universidade de Pernambuco

Resumo

O agronegócio no Polo Petrolina/Juazeiro possibilitou profundas modificações no espaço agrário, pela prioridade ao agronegócio – modelo voltado para atender ao mercado externo baseada no cultivo de manga e uva em detrimento da agricultura familiar voltada para cultivos feijão, milho e mandioca. Desse modo, a terra é utilizada enquanto negócio rentável para atender às necessidades de mercado mundial de alimentos, ao tempo em que os produtos alimentícios tornam-se raros, oscilando os preços constantemente, contribuindo cada vez mais para o aumento da fome. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido em Petrolina – PE, município que tem se destacado nas exportações de frutas desde os anos 1990, objetiva analisar a crise alimentar a partir da intensificação do uso dos agrotóxicos e da produção de commodities agrícolas no campo petrolinense. O crescimento elevado das commodities proporcionado pelo modelo do agronegócio tem ocasionado cada vez mais o aumento dos preços dos alimentos básico e, assim, tem ampliado a (in) segurança alimentar.

Palavras-chave: Agronegócio. Agricultura. Agrotóxicos. Commodities. Alimento.

AGRICULTURAL COMMODITIES AND FOOD (IN)SECURITY

Abstract

The agribusiness in Petrolina/Juazeiro Pole has allowed deep changes in the agricultural space by the priority to the agribusiness, a model focused on external the foreign market based on mango and grape cultivation to the detriment of family farming of beans, maize and manioc. Therefore the land is being used as a profitable business in order to meet the needs of the world market of food, at a time food products are becoming scarce, continuous price oscillations, and contributing to the increase of hunger. To this effect, developed in Petrolina-PE, municipality that has excelled in fruit exports from the years 1990 the paper aimed to analyze the food crisis from intensifying the use of agrochemicals and the production of agricultural commodities in the agricultural field in Petrolina.

The high growth of commodities provided by the agribusiness model has led to a ever-growing increase of prices of basic foods and this way expanding the food (in)security.

Keywords: Agribusiness. Agriculture. Agrochemicals. Commodities. Food.

INTRODUÇÃO

A agricultura camponesa baseia-se na produção de alimentos para o próprio consumo e o excedente é colocado à venda no mercado para troca de produtos que eles não conseguem produzir, portanto, “[...] a existência do camponês se define pelo produto excedente em relação aos meios de vida produzidos diretamente por ele”. (MARTINS, 2003, p. 67). Todavia, com a Revolução Verdeⁱ em 1950 e 1960, foi adotado o padrão tecnológico incentivando a monocultura e o uso dos fertilizantes químicos, biocidas e máquinas agrícolas, provocando, assim, a proliferação desses produtos pelas grandes e pequenos propriedades.

Desse modo, a agricultura pensada no capitalismo tem como base a indústria e cultivos agrícolas voltados para a exportação, e as grandes corporações são as principais responsáveis pela tomada das terras que possuem os solos mais férteis, conseqüentemente provocam a expropriação da pequena produção e dos produtos alimentícios.

Dentro dessa perspectiva, o agronegócioⁱⁱ conforme Muller (1986) constituiu-se no Brasil em 1980 como CAI – *Complexos Agroindustriais*– uma das tantas denominações dadas ao termo agribusiness para expressar que a agricultura brasileira deixava de ser tradicional para subordinar-se ao capital industrial e financeiro com o objetivo de aumentar a produção. Nesse sentido, com a presença da industrialização na agricultura, a terra-matéria perde suas forças determinadoras das condições de produção em favor da terra-capital voltada para o mercado externo. No final dos anos 1990 e no início dos anos 2000, segundo Marcos (2008), esse termo passou a ser substituído pelo de agronegócio numa tentativa de dar um ar de modernidade às velhas práticas da agricultura capitalista com a finalidade de aumentar e garantir a produção e a produtividade. No entanto, esse modelo tem implicado no grande crescimento do consumo de agrotóxicos e na transformação de alimentos em combustíveis e em *commodities*ⁱⁱⁱ, passando a ser responsável pelo aumento da concentração de terra e água para monocultivos.

Em virtude do modelo do agronegócio e da grande transformação de muitos capitalistas em proprietários de terras possibilitando o direcionamento da agricultura para o atendimento ao mercado internacional, os camponeses se tornaram subordinados a esses grupos e, conseqüentemente, a produção da agropecuária deixou de ser voltada exclusivamente para alimentação da população.

De acordo com Santos (2015), a produção da agropecuária transformou-se radicalmente em uma produção de mercadorias, com monopólios definidos, para

o mercado mundial, dando origem às *commodities* agrícolas, inseridas na comercialização da bolsa de mercadoria e futuros. A produção de *commodities* agrícolas para o mercado mundial tornou-se, segundo Oliveira (2008), o objetivo primeiro da produção mundial de alimentos.

No entanto, o que se observa é a expansão de fronteiras agrícolas para a produção de *commodities* e o uso cada vez mais crescente dos agrotóxicos e dos fertilizantes químicos para o aumento da produtividade. Portanto, no caso do Brasil, é o modelo do agronegócio que exige o uso desenfreado desses agroquímicos, já que o mesmo é voltado para a produção em larga escala e não há como assegurar a intensa produtividade dos alimentos sem o consumo desordenado dos agrotóxicos, tornando o país, que é considerado o principal produtor agrícola mundial, um dos maiores consumidores desses insumos; alguns deles já foram banidos em outros países.

As *commodities* agrícolas são negociadas nas Bolsas de Mercadorias e de Futuro e são uma forma de investimento na qual cerca de 90% dos negócios são feitos com finalidade especulativa, ou seja, com a finalidade de vender posteriormente por um valor maior.

Dessa forma, as Bolsas de Mercadoria e de Futuro, de acordo com Oliveira (2009), tornaram-se o centro da comercialização mundial da produção de alimentos.

Por conseguinte, com a expansão do modo de produção capitalista, cresce a demanda por alimento e isso ocorre em virtude da elevação dos preços das *commodities*, da ausência cada vez maior de alimentos da agricultura camponesa, do uso excessivo de agrotóxicos e, conseqüentemente, ocorre o aumento da fome e a subnutrição principalmente em países mais pobres e que dependem da importação, resultando assim no agravamento da insegurança alimentar.

Para melhor entendimento do assunto, a metodologia foi estruturada em torno de três eixos operacionais: a) organização de uma pesquisa bibliográfica em livros, sites e no portal de periódicos da Capes; b) realização de trabalho de campo em supermercados e hipermercados de Juazeiro-BA/Petrolina-PE (05) e visita às propriedades da empresa Monsanto; c) coleta dos dados fornecida pela Valeexport (Associação dos Produtores e Exportadores de Hortifrutigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco) para elaboração de mapas, e figuras; Para os referidos eixos, foram desenvolvidas práticas de campo e consultas a documentos sobre os assuntos que se definiram em análise qualitativa/quantitativa dos resultados.

O AGRONEGÓCIO E AS COMMODITIES

O agronegócio surge a partir da década de 1980, consolidando-se no Brasil na década de 1990 dentro da lógica de produção da expansão capitalista e, segundo Fernandes (2010), expressa uma construção ideológica na tentativa de mudar a imagem da agricultura capitalista no campo, ou seja, “modernizá-la”.

De acordo com Santos (2015, p.357), “desde que a crise do capital se intensificou nas últimas décadas, o campo passou a ser determinante para a acumulação”.

Ainda, segundo o autor, essa nova/velha lógica do capital foi imposta de forma decisiva onde as formas antigas de expropriação foram reformuladas para atender às novas demandas capitalistas.

Dessa forma, o campo brasileiro passou por sucessivas transformações possibilitadas pela expansão do modelo de “modernização” na agricultura, com o avanço das fronteiras agrícolas, desde que se denominou a Revolução Verde, contando com o Banco Mundial cuja finalidade é financiar e disseminar pacotes tecnológicos com o propósito de possibilitar a introdução de novas variedades ou aumentar culturas já existentes no campo, agregado a um sofisticado sistema de irrigação e da utilização de insumos industriais eficientes. Portanto, este é o contexto em que o agronegócio está inserido, sendo possível compreendê-lo dentro dessa lógica, que é a de acumulação do capital, pois é uma agricultura centrada no monocultivo, que carrega em sua trajetória grande concentração de terra, água, uso indiscriminado de agrotóxicos, exploração e expropriação dos trabalhadores, além da utilização de novas tecnologias, mas, proferindo o discurso de geração de riqueza para o país.

Nesse entendimento, Sousa (2013), explica que:

[...] a apropriação da natureza, pelo sistema do capital, não teria outra finalidade que não fosse à transformação dela em um negócio lucrativo. Por isso, essa é a razão pela qual o campo passou a ser alvo das grandes empresas interessadas em produzir aquilo que está sendo requerido pelo mercado. Assim, compram terras ou contratam os empreiteiros que arrendam terras e provêm o maquinário, a equipe e os agroquímicos necessários para estimular a produção das *commodities* associada ao uso excessivo da terra e água. (p.164).

Sobre o assunto, Bombardi (2012), também afirma que:

[...] há uma forma específica do capital se apropriar da agricultura que, aliás, é a sua grande forma de lucrar no campo. Esta especificidade da reprodução do capitalismo vinculado à agricultura se dá de forma indireta. Ou seja, as grandes indústrias voltadas para a agricultura não precisam produzir diretamente no campo, mas encontram formas de subordinar a produção no campo. A reprodução do capitalismo no campo se dá através da subordinação da renda da terra (seja ela camponesa ou não) ao capital. Esta apropriação da renda da terra é realizada quando se utiliza um insumo industrializado para produzir. (p. 03).

Dessa forma, no modelo do agronegócio, não há como garantir a intensa produtividade sem a utilização em larga escala de agrotóxicos. Nesse caso, a agricultura familiar camponesa que tenta uma produção sem o uso desses insumos não alcança a escala para produzir dentro da lógica de mercado instalada pelas grandes cooperações que controlam as sementes e os agrotóxicos, como: Monsanto, Syngenta/Astra Zeneca/Novartis, Bayer, Dupont, Basf e Dow – controlando mais de 70% do mercado de agrotóxicos no Brasil. Em poucos anos, elas tomaram para si 127 outras empresas. E essas empresas são de três países, Estados Unidos, Suíça e Alemanha. (BOMBARDI, 2011).

No entanto, as características do agronegócio ficam mais evidentes nas regiões onde estão concentradas as culturas desse modelo no Brasil, como a soja, o milho e a cana de açúcar, pois os mesmos demandam uma grande quantidade de agrotóxicos assim como na fruticultura irrigada como é o caso, por exemplo, da Região Nordeste.

Bombardi (2016) apresenta uma divisão bem significativa da palavra agronegócio em entrevista concedida à equipe do site De Olho nos Ruralistas, em que, de acordo com ela, o “agro” tem significado de doença justamente porque o sentido da alimentação foi destituído das pessoas, pois o projeto de Soberania Alimentar^{iv} vai para o econômico perdendo o sentido que é a alimentação. Já a parte “negócio” da expressão agronegócio apresenta a ideia de ganhar mercado, assim apresenta um discurso contraditório ao que, de fato, o modelo apresenta. Então os cultivos produzidos no Brasil deixaram de ter o direcionamento para a alimentação e se tornaram negócio vinculado ao valor de troca e, assim, deixando de ter valor de uso.

É notável a contradição apresentada pelo agronegócio quando impõe uma ideologia que ele é uma totalidade e sua produção tem por objetivo saciar a fome das pessoas, nesse momento esconde uma verdade, à da produção de *commodities* (mercadorias) para o mercado mundial. Desse modo, Oliveira (2012), discorre sobre o assunto com mais exatidão:

[...] a produção de alimentos deixou de ser questão estratégica nacional, e passou a ser mercadoria adquirida no mercado mundial onde quer que ela seja produzida. As principais *commodities* são: soja, milho, trigo, arroz, algodão, cacau, café, açúcar, suco de laranja, farelo e óleo de soja e outros. No Brasil acrescenta-se também, o etanol e boi gordo. (p.06)

Ainda de acordo com Oliveira (2012), as Bolsas de Mercadorias e de Futuro tornaram-se o centro regulador dos preços das *commodities*. Conforme o autor, diferentes *commodities* são negociadas nas Bolsas de Mercadorias e de Futuro em escala mundial com mostra a Figura 1:



Figura 1. Principais *Commodities* negociadas nas Bolsas de Mercadorias e de Futuro em escala mundial.

Fonte: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Disponível em:

<www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2016.

Elaborado pelo autor (2016).

Há, também na Bovespa, as ações das principais empresas agrícolas mundiais monopolistas como: SLC Agrícola, Brasil Agro, BRF- Brasil Foods, JSB, Marfrig, Minerva, Cosan, São Martinho, Tereos, Fibria, Suzano, Klabin, Eucatex e Ecodiesel.

Assim sendo, o comando sobre a produção e a definição dos preços dos alimentos não depende mais do processo produtivo e sim de seus fatores que dependerão da lógica das *Players*, (jogadores do mercado das bolsas de mercadorias e valores) que são as empresas que controlam o setor de grãos. Nesse caso, o mercado futuro passa a comandar a produção, ou seja, determina o que plantar e quanto plantar. Assim, os capitalistas antes mesmo de plantarem já vendem sua produção as multinacionais as quais controlam a circulação da produção mundial de alimentos. (OLIVEIRA, 2008).

Ainda, segundo o autor, a constituição dos monopólios mundiais permitiu o controle monopolista da produção das *commodities* do setor. No entanto, os monopólios mundiais de alimentos são produtos de transformação do capitalismo. O autor acrescenta que os monopólios nasceram do processo de mundialização do capital, os quais deixaram de ser não somente nacional para serem também multinacionais.

Logo, as principais empresas mundiais voltadas para a produção de alimentos e também as maiores controladoras da circulação mundial de grãos estão listadas a seguir na Figura 2:



Figura 2. Principais empresas mundiais produtoras de grãos

Fonte: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Disponível em:

<<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/25.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2016

Elaborado pelo autor (2016).

Dessa forma, essas empresas monopolistas do setor de grãos atuam como *players* no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo e, em muitos casos, possuem também o controle monopolista da produção dos agrotóxicos e fertilizantes como é o caso da empresa Monsanto com sede em Petrolina - PE.

Diante do exposto, o foco no alimento foi perdido principalmente o de soberania alimentar, já que o negócio está exclusivamente no âmbito econômico, perdendo, assim, a dimensão do que é a alimentação, no momento, especialmente, quando é transformado em *commodities*. Em consequência disso, reduz cada vez mais os alimentos necessários para suprir as necessidades humanas, acarretando o aumento nos preços dos mesmos, pois, as terras para a produção dos alimentos como arroz, feijão são utilizadas para a produção de *commodities* como, por exemplo, a soja que exige intensos usos de agrotóxicos no discurso do favorecimento ao mercado, para o desenvolvimento da economia brasileira.

Conforme Zafalon (2016), a produção brasileira de grãos, atualmente em 196 milhões de toneladas, poderá chegar a 255 milhões em 2026, e a área dos 15 principais produtos a ser cultivados aumenta dos atuais 58 milhões de hectares para 66 milhões, apontando para uma grande preocupação com a divisão desse crescimento principalmente com o plantio da soja, pois, sua evolução se dará basicamente no aumento da concentração de terras e não no crescimento da produtividade desse cultivo.

Por isso, a soja é considerada por Zafalon (2016) como “o ouro verde” do país, pois está liderando as exportações nacionais. Vale ressaltar, também, o milho

como outro produto de destaque, cujo crescimento também visa o mercado externo. Em consequência disso, as áreas de plantio de arroz e feijão estão ficando cada vez menores.

Em Petrolina-PE, a expansão da agricultura irrigada centrada na política do agronegócio tem contribuído para efetivar o aumento da produção e produtividade de cultivos destinados ao mercado externo em detrimento da produção de alimentos. Essa realidade é evidenciada no momento em que há a reestruturação da política agrícola para o campo, ordenada pela política macroeconômica externa e da política agrícola interna, que alteraram completamente o sentido da produção, assim como a escala de produção desde a concretude em Petrolina – PE do Perímetro Irrigado^o Bebedouro nos anos de 1960. Contudo, o agronegócio se consolida no Polo, com a implantação do Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho, mediante as exportações de frutas frescas e com a ela a água oriunda do rio São Francisco.

É com a implantação dos perímetros irrigados que a produção deixa de ser local e ganha a escala global mediante uma ampla produção que chega a duas safras anuais. O cultivo de uva, manga, limão dentre outras é possibilitado pela técnica e tecnologia, bem como na intensificação de agrotóxicos. Além disso, o crescimento em grande escala da fruticultura em Petrolina exige uma grande extensão de terras, assim como um grande volume de investimentos para aprimorar a quantidade e a qualidade produto. Desse modo, possibilita o crescimento do comércio de agrotóxicos, pois, sem o uso dos mesmos, não seria possível produzir em Petrolina duas safras de uvas e duas de manga ao ano.

De acordo com o mapa 1 que segue, elaborado com dados disponibilizados pela VALEXPORT (Associação dos Produtores Exportadores de Hortigranjeiros e derivados do Vale do São Francisco), propriedades de seis municípios possuem plantações apenas de uva, de manga e aquelas que plantam tanto uva quanto manga. Por ele, é possível perceber que o município de Petrolina-PE é o que possui a maior quantidade de propriedades voltadas para esses cultivos em relação aos outros municípios do Estado de Pernambuco e Bahia.

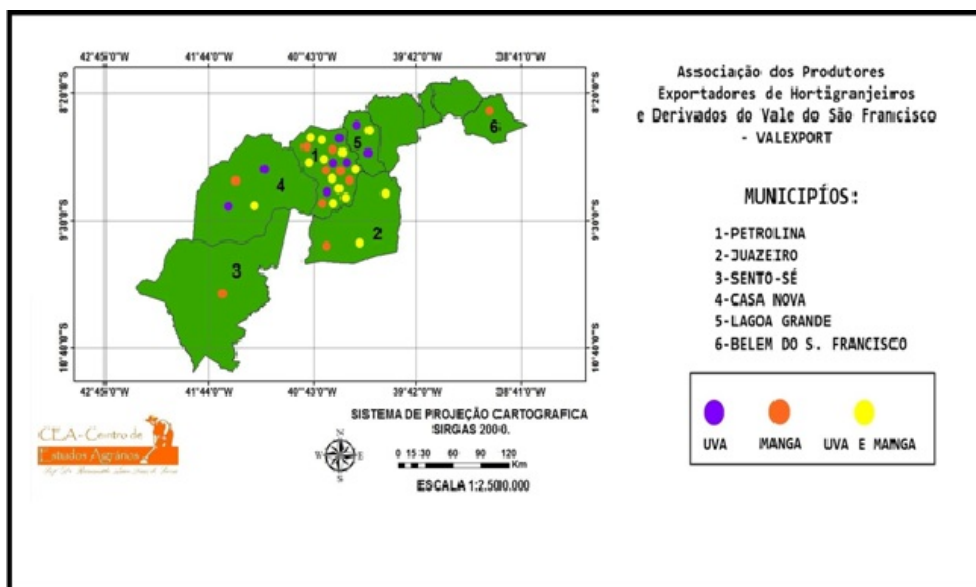


Figura 3. Municípios com agronegócio de uva e manga.

Fonte: Lista de associados com identificação de culturas da VALEXPOR/2015
 Elaboração: CUNHA, W. C. X. CEA (2016)

Diante do exposto, as uvas e mangas produzidas no Polo Juazeiro/Petrolina, especialmente, em Petrolina (município 1) mesmo não sendo consideradas *commodities* porque não são comercializadas nas Bolsas de Mercadorias e de Futuros apresentam características desse tipo de mercadoria por: ter base na monocultura, exigir grandes extensões de terras e água, seguir uma padronização em nível internacional via selos de certificação^{vi}, comercialização da safra dos cultivos (manga e uva) antes dela ser produzida, consumo de agrotóxicos para suprir os quantitativo de frutas e dessa forma, atender os diferentes níveis de escala e o discurso de que esse é único modelo de agricultura existente que possibilita o “desenvolvimento” da região.

Dentro desse raciocínio, destaca-se que a fruticultura produzida em Petrolina na condição de mercadoria comercializada no mercado internacional é mais uma forma de extração da renda da terra, porque para os grandes capitalistas o negócio rentável encontra-se em vender sua produção, ainda não plantada as grandes redes de supermercados ou multinacionais que controlam a circulação da produção mundial de alimentos. Assim, é o mercado que comanda a decisão do que plantar, quanto plantar e como plantar.

Com essa forte influência do agronegócio na região do vale do São Francisco já existem pesquisas, a exemplo de Ferreira (2008), que mostra resultados de estudos voltados para as possibilidades de implantação de Mercados Futuros de uva e manga no Brasil com foco especialmente na região, pois é considerada a principal área de produção para exportação dessas frutas no Brasil.

No entanto, Ferreira (2008, p.17), expressa que “a escolha da uva e da manga para o estudo deu-se em razão do potencial para a exportação das mesmas”.

Além disso, a autora afirma ainda que “se deve ressaltar que os bons resultados dessa região devem-se, principalmente, à agricultura irrigada e da adoção de tecnologia de ponta”. (p. 87).

Dessa maneira, esses estudos só reforçam ainda mais a expansão do modelo do agronegócio na região e como esse modelo atrai todo tipo de negócio rentável para os capitalistas, favorecendo o crescente enriquecimento dos grandes proprietários de terras que produzem esses alimentos e, conseqüentemente, o empobrecimento do camponês.

Em virtude disso, pode-se considerar que a diminuição de alimentos básicos em Petrolina-PE está relacionada à expansão de terras destinadas ao cultivo da uva e da manga para exportação. Dessa forma, ocasiona um aumento nos preços desses produtos, quando chegam aos supermercados e hipermercados do Polo. Assim, é de grande relevância destacar o excessivo aumento do preço do feijão que vem ocorrendo principalmente nos últimos meses conforme mostra o gráfico a seguir:

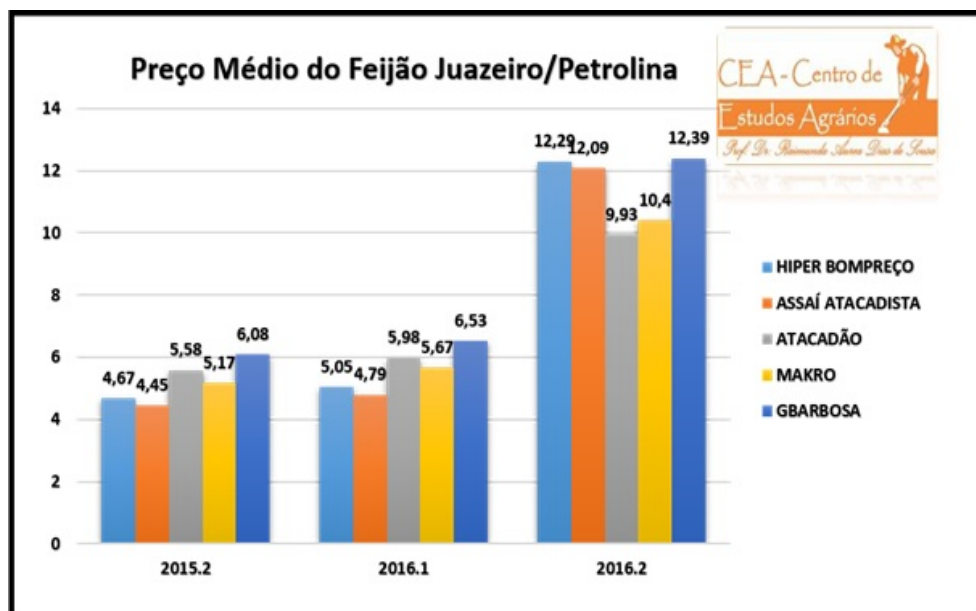


Figura 4: Gráfico mostrando o preço médio do feijão em Juazeiro-BA/Petrolina-PE
Fonte: Pesquisa de campo 2015/2016. Elaboração: PEREIRA, L.A CEA (2016)

De acordo com o gráfico, é possível notar uma grande elevação no preço do feijão neste ano de 2016 principalmente nos últimos meses, e esse aumento pode ser atribuído segundo Oliveira (2012), ao fato dos capitalistas converterem a área destinada a produção de feijão em terra para cultivo do milho, acarretando, assim, uma grande demanda de acesso aos alimentos e, com isso, gera uma contradição em relação a esse problema, já que a cidade é um polo produtivo e conta com grandes extensões de terras, mas, que são destinadas a cultivos para o abastecimento do mercado externo.

A (IN) SEGURANÇA ALIMETAR E AS GRANDES CORPORAÇÕES

A crise dos alimentos enfrentada nos últimos anos, de acordo com Oliveira (2008), tem sua origem nos fundamentos da economia de mercado, é derivada das políticas neoliberais aplicadas à agricultura a ao comércio mundial de alimentos. Além disso, a crise é resultado da total incapacidade do mercado para desenvolver uma política mundial de segurança alimentar^{vii}.

Desde a mundialização do capital nos anos de 1970 e o surgimento da agricultura capitalista como o agronegócio, toda a forma de produção está voltada ao interesse do capital, sendo pensada sempre em formas de gerar grandes lucratividades ao mercado mundial. Portanto, a crise dos alimentos pode ser relacionada à prioridade do capital financeiro e da sua especulação na agricultura.

Contudo, é importante mencionar a contradição que o sistema do capital apresenta que é: produção elevada e, ao mesmo tempo, falta de alimento, assim escondendo o legítimo interesse das grandes corporações do setor alimentício, que é ampliar seus monopólios para atrair mais capital.

Associado a essa questão Oliveira (2012), aponta que a crise dos alimentos tem relação entre a expansão dos agrocombustíveis^{viii} e a produção de alimentos em que dois processos monopolistas comandavam e comandam a produção agrícola mundial, que são: 1) territorialização dos monopólios que atuam no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária; 2) monopolização dos territórios desenvolvido pelas empresas de comercialização e/ou de processamento industrial da produção industrial que controla toda a produção no campo por meio de mecanismos de sujeição.

Ainda, de acordo com o autor, a crise tem dois fundamentos que são:

O primeiro, de reflexo mais limitado, refere-se na época, à alta dos preços internacionais do petróleo e conseqüente elevação dos custos dos fertilizantes e agrotóxicos. O segundo ocorre em consequência do aumento do consumo, mas não do consumo direto como alimento como queria fazer crer o governo brasileiro, mas sim, decorria da opção norte-americana da produção do etanol a partir do milho. Este caminho levou à redução dos estoques internacionais desse cereal, e com ele elevação de seus preços e dos demais grãos: o trigo, o arroz e a soja. Assim, a “solução” norte-americana contra o aquecimento global tornou-se o paraíso dos ganhos fáceis dos players dos monopólios internacionais que nada produzem, mas sujeitam produtores e consumidores à sua lógica de acumulação. Certamente, não há caminho de volta para a crise, pois, no caso norte-americano os solos disponíveis para o cultivo são disputados entre trigo, milho e soja. O avanço de um reflete inevitavelmente no recuo dos outros. (OLIVEIRA, 2012, p.07).

Além disso, Bombardi (2012), também relata sobre essa problemática que acarreta a falta de alimento, que é o aumento expressivo do consumo de agrotóxicos em função de dois elementos, que são:

[...] a transformação de alimentos em combustível, ou seja, alguns dos cultivares que há séculos foram destinados a alimentação humana, têm se tornado “massa” para a produção de energia, dentre eles, destaca-se principalmente a cana, o milho e a soja. Associado a esse fato, temos outro que é o da transformação destes produtos também em *commodities*, como é o caso da soja. Estes cultivos – dissociados do sentido de alimentação – tem sido feitos através do arcaico binômio “latifúndio- monocultura”. (p. 01).

Diante desse contexto, é possível afirmar que a lógica imposta pelas grandes corporações, que é controlar todo o sistema de produção e a elaboração, que incentivam a monocultura e a exportação de grãos, utilizando grandes quantidades de agrotóxicos e com isso a exclusão da agricultura familiar e camponesa está ocasionando o aumento da insegurança alimentar. Nesse sentido, percebe-se que o caminho que o Brasil está seguindo centrado no agronegócio não é o de produzir alimentos para a população, mas de produzir fome, e isso está completamente na contramão da soberania alimentar.

A soberania alimentar vai além do conceito de segurança alimentar, já que o mesmo foi destituído de seu sentido real, pois, de acordo com Paulino (2015), o conceito de segurança alimentar foi forjado pela ONU (Organizações das Nações Unidas), por organismos multilaterais nos anos de 1970 no contexto da Revolução Verde, onde houve uma promessa para a humanidade a de que as mudanças técnicas na agricultura iriam resolver os problemas da fome no planeta e resolver os problemas do campo, porque os camponeses, historicamente são o grupo social mais fragilizado na sociedade. Por conseguinte, essa mudança não ocorreu e o que houve de fato foi à expropriação do campesinato, aumento dos famintos no planeta e provocou a utilização excessiva dos venenos, visando apenas o abastecimento ao mercado.

Ainda, segundo Paulino (2015), é com o discurso da segurança alimentar que há o avanço hoje da transgenia e da monocultura, causando danos: **primeiro** a sociedade que consome os alimentos e **segundo** para os camponeses que os produzem, pois eles não têm escala para produzir dentro da lógica imposta pelo mercado, instalado pelas grandes corporações que são as únicas beneficiadas com esse processo de monopolização da produção, da comercialização de alimentos em que a maior parte é envenenada e sem qualidade.

Já o conceito de Soberania alimentar é colocado por Paulino (2015), como um contraponto ao modelo atual que é favorável apenas às corporações e ao aumento do capital, pois foi formulado a partir das iniciativas dos movimentos sociais do campo, que ocorrem em escala global e almeja uma diferença, que é pensar a produção de alimentos relacionados aos modos de vida local, ou seja,

conforme o modelo de produção camponesa que possui compromisso e comprometimento com a sociedade local além de produzir a custos mais baratos. Dessa forma, segundo a autora, o problema da fome do planeta pode ser mudado quando forem resgatadas as possibilidades dos camponeses se inserirem localmente, pois, com a sua produção, geram renda local, alimentos saudáveis com qualidade e diversidade, dentro das perspectivas dos mercados locais e regionais favorecendo a sociedade em que ali residem.

Ressalta-se que não é suficiente apenas ter comida no mercado, mas é preciso que as pessoas possuam renda para comprar os alimentos, pois o problema da fome está ligado à desigual distribuição de renda e ao não acesso a terra, pelo fato de as grandes corporações dos países ricos, controlarem toda a riqueza da produção dos camponeses e pequenos produtores desses países, além de manterem, sob seu domínio, a propriedade da terra direta ou indiretamente.

Perante o exposto, a constituição da soberania alimentar fica comprometida, pois, quando os agricultores camponeses são expulsos de suas terras, obtém uma redução cada vez maior dos alimentos básicos, causando a diminuição da oferta dos mesmos, e em consequência disso, o aumento de seus preços, colocando muitos países em estado de insegurança alimentar, pelo fato da não garantia do acesso ao alimento, pois são os pequenos produtores que produzem 70% de todo o alimento que é consumido pelas pessoas no país.

Diante desse contexto, Santos (2015), afirma que:

[...] a exclusão camponesa, diante da expansão da agricultura capitalista, tem provocado resultados devastadores nos países, principalmente para aqueles que não são considerados desenvolvidos, em que há uma massa de famintos e miseráveis, cuja maioria está no campo. Isso provoca uma produção geográfica desigual, espaços de miséria são configurados devido a expropriação dos trabalhadores do direito de produzir e, conseqüentemente, com a mobilidade do trabalho, outros espaços de pobreza vão sendo formados nas periferias urbanas. Na outra ponta do processo, estão os territórios do capital postos como materialização da força das grandes empresas que destroem a autonomia alimentar dos países, inclusive do Brasil, que mesmo apresentando anualmente grandes safras agrícolas, apresenta uma demanda considerável de famintos. (Pág. 388).

Por fim, as grandes corporações do setor de alimento são as principais responsáveis pela fome do planeta, porque, se por um lado, elas compram os produtos dos pequenos produtores a preços baixos, do outro lado, elas aumentam esses preços para o consumidor, extraíndo para si toda a riqueza produzida por ambos os lados. Dessa maneira, essa lógica mostra que está em acordo com a produção voltada para o atendimento do mercado capitalista, em que as empresas buscam excessivamente o lucro, e assim entra em contradição

com o modelo da produção camponesa. Logo, é de fundamental importância uma mudança no modelo agrícola no país e no mundo, a fim de garantir a soberania alimentar.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O avanço do agronegócio tem possibilitado que o Polo Petrolina-PE e Juazeiro-BA alcance o cenário mundial pelas as mais variadas frutas proporcionada pela agricultura irrigada, contudo, tem provocado profundas modificações no espaço agrário, pois esse modelo tornou-se prioridade por ser voltado para atender ao mercado externo de uva e manga em detrimento da agricultura familiar camponesa voltada para o cultivo de feijão, milho e mandioca. Além disso, o agro enquanto negócio tem alterado o sentido da alimentação de valor de uso para valor de troca, por que o foco de segurança ou soberania alimentar é substituído para as *commodities* porque delas é possível extração do lucro e renda da terra.

Destaca-se que, desde o surgimento da agricultura capitalista, toda a forma de produção está voltada ao interesse do capital, sendo pensada sempre em formas de gerar grandes lucratividades ao mercado mundial. Todavia, é importante mencionar a contradição que o sistema do capital apresenta que é: produção elevada e falta de alimento, assim escondendo o legítimo interesse das grandes corporações do setor alimentício, que é ampliar seus monopólios para atrair mais capital.

Para legitimar sua expansão, o agronegócio expõe em discurso que ele é importante para erradicar a fome, quando, na verdade, esse modelo é voltado à produção de *commodities* (mercadorias) para exportação e não para alimentação necessária ao ser humano.

Dessa maneira, é possível afirmar que a lógica imposta pelas grandes corporações, que é controlar todo o sistema de produção por meio de monoculturas para exportação de grãos, utilizando grandes quantidades de agrotóxicos, exclui a agricultura familiar e camponesa, promovendo a insegurança alimentar; já a produção elevada das *commodities* tem ocasionado cada vez mais o aumento dos preços dos alimentos básicos e, assim, aumentando à fome da população.

Diante das mais variedades técnicas e tecnologias adotadas na agricultura irrigada em Juazeiro/Petrolina, há diminuição de alimentos básicos como é o caso de feijão e mandioca uma vez que a produção incentivada é aquela que abastece o mercado internacional e gera riqueza extraída do trabalho nas empresas produtoras de manga e uva.

REFERÊNCIAS

BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxico é nova faceta da violência no campo**. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/content/agrot%C3%B3xico-%C3%A9-nova-faceta-da-viol%C3%Aancia-no-campo.html>>. Acesso: 15.jul.16.

_____. **Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno de fundem no campo brasileiro.** 2012. Disponível em: <ao.org.br/ao/pdfs/larissa-mies-bombardi-artigo-agrotoxicos-2012.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. **Atlas do Uso de Agrotóxicos no Brasil associa intoxicações ao agronegócio: Um Atlas de nossa agricultura envenenada.** 2016. Entrevista para o site De Olho nos Ruralistas.. Disponível em: <http://outraspalavras.net/brasil/um-atlas-de-nossa-agricultura-envenenada/>. Acesso em: 23 jul. 2016.

_____. **Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado.** 2012. USP. Disponível em: <ao.org.br/ao/pdfs/larissa-mies-bombardi-artigo-agrotoxicos-2012.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2016.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO NO CAMPO.** Org Disponível em:<<http://www.utfpr.edu.br/patobranco/estrutura-universitaria/diretorias/dirppg/pos-graduacao/mestrados/ppgdr2/arquivos/dicionariodeEducacaodoCampo.pdf>>. Acesso em 12 Jul. 2016.

DELGADO, Guilherme C. **A questão Agrária no Brasil, 1950 - 2003.** In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo.** Brasília: IPEA, 2005, p. 51-90.

FERREIRA, Monaliza de Oliveira. **Estudos para a implantação de Mercados Futuros de manga e uva no Brasil usando métodos multicritérios para a decisão.** Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

LEITE, Marcelo Pires. **A BM&FBOVESPA: A Construção de um Mercado Nacional de Bolsa de Valores, Mercadorias e de Futuros no Brasil.** 2011. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pped/defesas/Marcelo_Pires_Leite.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2016.

MARCOS, Valéria de. **Agricultura e Mercado: Impasses e Perspectivas para o Agronegócio e a produção Camponesa no Campo Latino-Americano.** In: **Campesinato e Territórios em Disputa** org. Eliane Tomiasi Paulino & João Edimilson Frabrini. 1ª Ed., São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós Graduação em Geografia, 2008.

MARTINS, José de Souza **A Sociedade vista do Abismo.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

MORAES SILVA, Maria Aparecida. **Bioenergia e viabilidade da produção de alimentos para quem?** Vol. 2, num 15. UNESP/Presidente Prudente SP: Revista Formação – Especial 20 anos, 2011.

MULLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização da Agricultura**. São Paulo: Hicitec/EDUSP, 1986

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. 2012. Disponível em: <www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2016.

_____. **Os Agrocombustíveis e a Produção de Alimento**. 2008. USP. Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/25.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2016

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Soberania alimentar em contraponto à segurança alimentar**. 2015. Entrevista concedida ao Observatório ObservaDR. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q_AaA1AiKMY>. Acesso em: 28 jul. 2016.

SANTOS, Ricardo Mendes. **A Soberania Alimentar como Alternativas às formas destrutivas do capital**. In: **A Natureza Imperialista do Capital e a Falácia do Fim da Crise**.Org. Alexandrina Luz Conceição, Fabrícia de Oliveira Santos. 1ª Ed., São Cristóvão-SE: UFS, 2015. p.357-400.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias de. **O Agro-Hidronegócio no Vale do São Francisco: território de produção de riqueza e subtração da riqueza da produção**. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-se, 2013. Cap. 3.p.164.

ZAFALON, Mauro. **Vaivém das Commodities**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vaivem/2016/07/1792316-em-dez-anos-pais-tera-mais-produtos-exportaveis-e-menos-basicos.shtml?cmpid=compfb>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

Contato com o autor: Raimunda Aurea Dias de Sousa <aurea.souza@upe.br>

Recebido em: 29/10/2018

Aprovado em: 03/02/2020

ⁱ Modelo euro-americano de modernização agrícola, que se caracteriza fundamentalmente pela prática de uma agricultura altamente especulativa, voltada para o cultivo contínuo de produtos com maiores níveis de rentabilidade. Tal característica foi primordial para consolidar a monocultura nos países tropicais. Este modelo de produção atua a partir do controle da produção de sementes (sobretudo transgênicas), de fertilizantes e agrotóxicos, da produção agrícola propriamente dita e também da distribuição da mesma. (MORAES SILVA, 2006 e 2011).

ⁱⁱ o agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia

econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado. (p.66)

iii Qualquer produto originário de atividade agropecuária, florestal ou pesqueira ou qualquer mineral em sua forma natural ou que tenha passado por processamento costumeiramente requerido para prepará-lo para comercialização em volume substancial no comércio internacional (DELGADO, 2009 p. 128).

iv *Soberania alimentar* é o conjunto de políticas públicas e sociais que deve ser adotado por todas as nações, em seus povoados, municípios, regiões e países, a fim de se garantir que sejam produzidos os alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada local. Esse conceito revela uma política mais ampla do que a segurança alimentar, pois parte do princípio de que, para ser soberano e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para produzir seus próprios alimentos. (Org CALDART; PEREIRA; ALENTEJANO E FRIGOTTO, Dicionário da Educação do campo, 2012 p. 717).

v De acordo com a CODEVASF, um Perímetro passa por três etapas: a) o **estudo** quando os aspectos técnicos de viabilidade e implantação ainda estão sendo analisados e detalhados; b) a **implantação que** é definida como o início real das obras; c) o estágio **em produção, quando** está em pleno funcionamento, assim recebe e recebe o nome de *Perímetro de Irrigação*. Para a Companhia, essas informações estão constantemente sofrendo novas alterações, pois o processo é dinâmico e os projetos, em sua maioria, são realizados por etapas. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados/elenco-de-projetos>. Acesso em 20.11.2016.

vi A adoção dos selos de certificação pelas empresas produtoras de frutas significa maior aceitação no mercado pela garantia da qualidade e sanidade do bem que está sendo comercializado. (SOUSA, 2013).

vii *Segurança alimentar* é uma política pública aplicada por governos de diversos países que parte do princípio de que todas as pessoas têm o direito à alimentação e que cabe ao Estado o dever de prover os recursos para que as pessoas se alimentem. Para executar essa política, os governos se utilizam de diversos mecanismos: distribuição de alimentos, cestas básicas, tíquetes de refeições, instalação de refeitórios populares subsidiados, além de programas de renda mínima e de cartões para receber ajuda mensal em dinheiro, como é o caso, no Brasil, do programa Bolsa Família. (Org CALDART; PEREIRA; ALENTEJANO E FRIGOTTO, Dicionário da Educação do campo, 2012 p. 716).

viii Agrocombustíveis são combustíveis, líquidos ou gasosos, para motores à combustão, provenientes da agricultura. Os mais conhecidos entre os agrocombustíveis líquidos são o álcool (etanol) e o biodiesel. O biogás é um combustível gasoso que pode ser produzido a partir do estrume de porcos, vacas etc., mas seu uso hoje é limitado, por causa da necessidade de adaptação mecânica dos motores. Normalmente é aproveitado para a geração de energia elétrica, uso doméstico e secagem de cereais. Já o álcool e o biodiesel são usados em larga escala no Brasil, Europa, Estados Unidos e Índia. (Org. CALDART; PEREIRA; ALENTEJANO E FRIGOTTO, Dicionário da Educação do campo, 2012 p.53).